

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.38, n.7-8, julho/agosto 2016

sumário

- 3 CRISE ECONÔMICA E OS DESAFIOS DO GOVERNO MICHEL TEMER
Francisco José Gouveia de Castro
- 6 ATIVIDADE NO COMÉRCIO E INFLAÇÃO
Guilherme Amorim
- 8 INSOLVÊNCIA
Guilherme Amorim
- 10 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 12 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CYLLÊNEO PESSOA PEREIRA JUNIOR - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

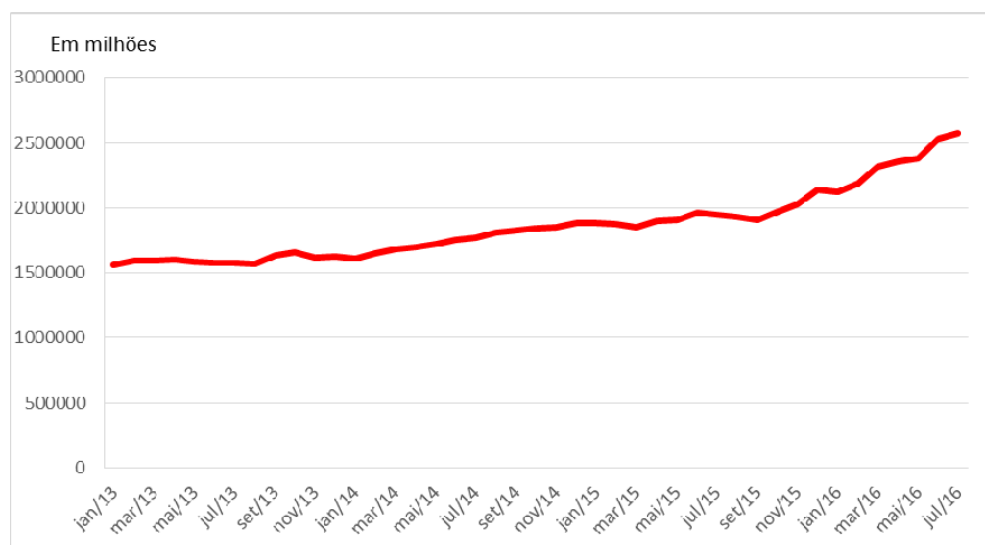
CRISE ECONÔMICA E OS DESAFIOS DO GOVERNO MICHEL TEMER

Francisco José Gouveia de Castro*

Recente nota de política fiscal, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acusou o resultado consolidado do setor público com déficit nominal na ordem de R\$ 250,5 bilhões, no acumulado do ano até julho. A dívida líquida do setor público, segundo a referida nota, alcançou R\$ 2.571,9 bilhões em julho, elevando-se ao patamar de 42,4% do PIB, decorrente dos efeitos da incorporação de juros (3,5 p.p.), da valorização cambial de 17,1% no período, do déficit primário (0,6 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (-0,9 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (-0,3 p.p.) (gráfico 1).

No mês de julho deste ano, o Brasil registrou o pior resultado fiscal da história para esse mês (julho). O setor público consolidado teve déficit primário de R\$ 12,816 bilhões, acumulando R\$ 36,6 bilhões neste ano, resultado do descompasso entre receitas e despesas por parte dos governos.

GRÁFICO 1 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO - JAN/2013-JUL/2016



FONTE: Banco Central do Brasil

Os resultados fiscais ainda são reflexo dos erros acumulados nos últimos cinco anos, quando o governo Dilma montou um conjunto de ações equivocadas, com forte viés heterodoxo. Os excessos de gastos, claro desprezo pela eficiência e pelo mercado particularmente, relativo isolamento do mundo, má alocação de capital, benefícios fiscais mal elaborados, estagnação econômica, populismo e desequilíbrio entre a demanda interna e a capacidade produtiva definham as contas públicas e elevaram a inflação muito acima dos níveis observados nos países desenvolvidos e emergentes.

O abandono do tripé macroeconômico, substituído pela Nova Matriz, sepultou a estabilidade adquirida ao longo da vigência do Plano Real, provando que a política de cunho heterodoxo é completamente ineficiente. A equipe econômica do governo Dilma justificava, de forma extremamente equivocada, a falta de demanda originária de uma suposta crise internacional. Contudo, nesse contexto, o aumento dos gastos agravou o desequilíbrio externo, resultando no déficit em transações correntes de US\$ 74,8 bilhões em 2014, e de US\$ 104,2 bilhões em 2015, além de elevar a inflação.

Como resultado deste cenário, o Banco Central tem elevado os juros básicos da economia desde 2013. Isso aumenta o custo financeiro do Tesouro já endividado e ao

* Economista, diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

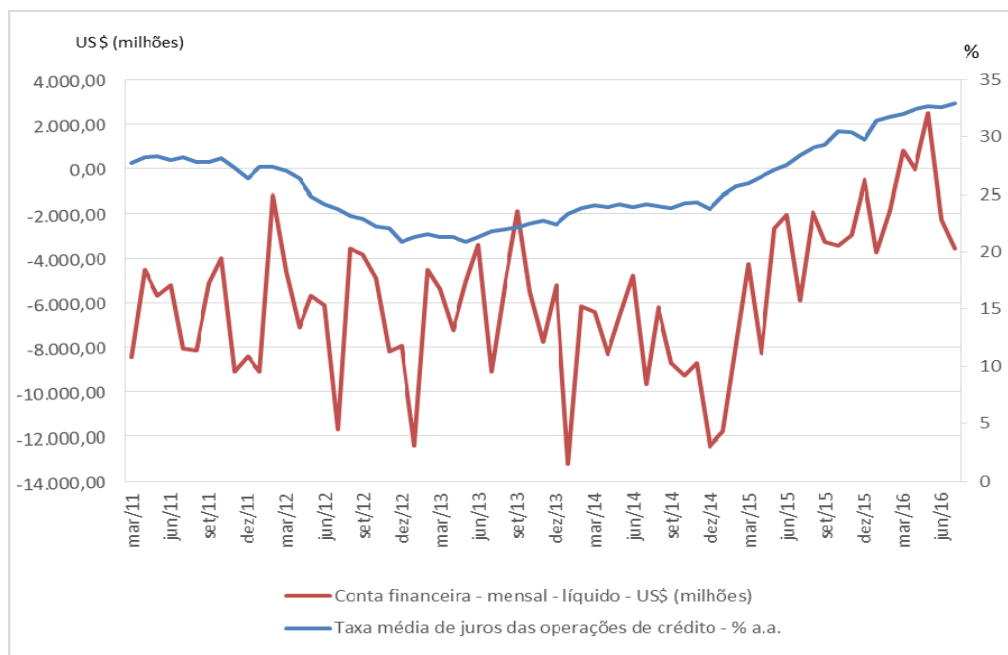
mesmo tempo dificulta a reativação dos negócios e especialmente da atividade industrial. Contudo, na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, realizada no final de agosto deste ano, foi anunciada a manutenção da taxa básica em 14,25% ao ano, condicionando o processo de corte de juros à questão fiscal. Ou seja, a nova gestão aposta na redução da incerteza sobre a aprovação e implementação dos ajustes necessários na economia, incluindo a composição das medidas de ajuste fiscal.

Cabe destacar que, com a atuação da autoridade monetária brasileira, nos sete primeiros meses de 2016, o resultado do balanço de pagamentos registrou a continuidade de redução significativa no déficit em transações correntes iniciado no ano anterior. Com a depreciação da taxa de câmbio e a retração da demanda interna, a trajetória do déficit em transações corrente repercutiu a reversão no resultado da balança comercial e a redução nas despesas líquidas de serviços e de rendas.

O déficit do mercado de câmbio contratado atingiu US\$ 9,1 bilhões nos sete primeiros meses de 2016. O segmento comercial atingiu US\$ 29,5 bilhões, com recuo de 10,2% nas exportações e 27,3% nas importações. Já, o segmento financeiro mostrou déficit de US\$ 38,6 bilhões, reflexo de reduções de 22,7% nas compras e 12,6% nas vendas de moeda estrangeira.

No *front* externo, o Federal Reserve (FED), banco central dos Estados Unidos da América, dá sinais de uma possível elevação dos juros americanos nas próximas reuniões do comitê de política econômica (FOMC). Se confirmada a previsão da elevação da taxa básica, o quadro no mercado doméstico brasileiro ficará mais complexo. Neste caso, pode haver uma reversão dos fluxos de capital em direção aos EUA. A saída de recursos do Brasil fragilizaria o balanço de pagamentos, em especial a conta financeira, justamente o último alicerce de sustentação da economia brasileira. A falta de financiamento externo e a depreciação do real aprofundariam a recessão e realimentariam a inflação.

GRÁFICO 2 - TAXA MÉDIA DE JUROS E CONTA FINANCEIRA - 2001-2016



FONTE: Banco Central do Brasil

Diante da combinação do cenário interno em um contexto fiscal deficitário e do ambiente internacional de alta volatilidade com a probabilidade de elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, o governo Temer deverá priorizar o apoio da base governista para evitar sinalizações de leniência fiscal e aprovar reformas estruturais.

De fato, o presidente Michel Temer, logo após a sua posse, encaminhou ao Congresso a proposta orçamentária para 2017 (PLOA), que propõe a redução do gasto público em proporção do PIB em 0,54 pontos percentuais. A proposta orçamentária foi elaborada com a previsão de que o gasto público ficará em 19,3% do PIB. A despesa total foi fixada em R\$ 1,316 trilhão, contra a previsão de R\$ 1,240 trilhão neste ano, o que representa um aumento nominal de 6,1%.

A despesa com benefícios previdenciários continuará crescendo acima do ritmo de expansão do produto, passando de 8,13% do PIB neste ano para 8,24% em 2017. Com exceção do gasto com a Previdência, os demais gastos primários da União programados para o próximo ano crescerão apenas 2,9%, passando de R\$ 732,7 para R\$ 754 bilhões. Para compensar o aumento dos gastos previdenciários, o governo propõe a redução das despesas discricionárias de 4,04% do PIB para 3,65%. A previsão é de que elas fiquem em R\$ 252,23 bilhões este ano, caindo para R\$ 249,3 bilhões em 2017.

Além disso, a nova equipe de governo elaborou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, chamada a PEC dos Gastos Públicos, que é a base de um novo regime fiscal, congelando a despesa pública em valores reais por até 20 anos. Outra medida adotada é a reforma da Previdência Social, alterando a idade mínima para o trabalhador pleitear a aposentadoria em 65 anos, com tratamento especial para as mulheres e professores.

Cabe destacar ainda a flexibilização do mercado de trabalho com a abertura de espaço para que acordos trabalhistas possam ter precedência sobre a legislação e a regulamentação da terceirização.

Diante do exposto, a título de conclusão, parece sensato considerar que o PLOA reduz mas ainda não elimina as incertezas no cenário econômico. O cumprimento da meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central em 2017 dependerá, também, de uma alta nominal acima de 10% nas receitas administradas, num contexto de recessão, o que não seria solucionado com viés de cunho heterodoxo.

ATIVIDADE NO COMÉRCIO E INFLAÇÃO

Guilherme Amorim*

O quadro recessivo intensifica a expectativa em torno da divulgação de indicadores de atividade, na esperança de que sinais de inflexão – ou, ao menos, de fim de declínio – sejam percebidos. Os nove trimestres consecutivos de queda no Produto Interno Bruto (PIB) registram retração acumulada de -7,94%. A queda nos níveis de atividade tem gerado ansiedade sobre os agentes econômicos, e parte deles tem superestimado qualquer indício de recuperação, por mais frágil e incipiente que seja. Um desses casos pode ser percebido na incongruência das esperanças sobre o desempenho do comércio varejista.

Os mais recentes números disponíveis da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/ IBGE), referentes a junho, mostram que o volume de vendas do varejo no primeiro semestre – excluindo aquelas de automóveis e material de construção – foi 7,0% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado. A variação que estimula o otimismo de parte dos analistas de conjuntura é a que compara o desempenho do varejo em junho com o de maio, positiva em 0,1%. Esse índice apontaria o final da contração, para um ponto de reação da economia. A PMC de junho, quando aberta por ramos de atividade (tabela 1), revela um quadro mais complexo.

TABELA 1 - VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA, POR ATIVIDADES - BRASIL - JUNHO/2016

ATIVIDADE	VARIAÇÃO JUN/MAIO, COM AJUSTE SAZONAL (%)	VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)
Combustíveis e lubrificantes	-0,1	-9,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,4	-3,6
Hipermercados e supermercados	-0,4	-3,4
Tecidos, vestuário e calçados	0,7	-11,1
Móveis e eletrodomésticos	-0,1	-14,5
Móveis	-	-12,5
Eletrodomésticos	-	-15,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-0,2	0,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,6	-17,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,6	-16,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,8	-12,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

O crescimento no volume de vendas, em relação a maio, concentrou-se nos segmentos de tecidos, vestuário e calçados (0,7%), livros, jornais, revistas e papelaria (0,6%), e outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,8%). Segundo nota do IBGE, as festas do mês incentivaram esses setores. A comparação entre o primeiro semestre do ano corrente e o de 2015, por sua vez, mostra que apenas o setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos registrou crescimento, ainda que discretíssimo (0,2%).

A continuada retração do poder de compra das famílias alterou seu comportamento, como se pôde perceber nos resultados de pesquisa da Confederação Nacional das Indústrias (CNI/ Ibope). Esse levantamento revelou que, desde o início da recessão, 78% dos entrevistados trocaram um ou mais produtos de suas cestas de consumo por substitutos mais baratos, enquanto 68% deles adiaram a aquisição de bens de consumo. A contração da renda real, ademais, força a utilização de reservas acumuladas e a liquidação de patrimônio. De acordo com a Sondagem de Expectativa do Consumidor, do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV), 16% dos consultados haviam utilizado poupança ou vendido bens, como veículos, para evitar a inadimplência. Em 2015, o montante de recursos sacado de cadernetas de poupança superou o

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

de depósitos em R\$ 53 bilhões. Essa dinâmica é mais acentuada no ano corrente, em que os saques são, entre janeiro e agosto, R\$ 48,2 bilhões maiores que os depósitos.

Dados do Banco Central sobre o endividamento das famílias, mensurado pelo comprometimento da renda acumulada em doze meses, mostraram que, incluídos os financiamentos habitacionais, este havia chegado a 43,7% em junho. Tal relação tem sido declinante desde o início de 2016. Seu ápice ocorreu em abril do ano passado (46,39%).

Para além da indisposição das famílias de contrair empréstimos, as concessões tornaram-se mais restritivas. Os empréstimos com recursos livres para pessoas físicas retrocederam 0,93%, em termos nominais, entre junho do ano passado e o do ano corrente. Na mesma comparação temporal, os gastos com cartão de crédito cresceram 1,77%, sendo que esta variação ocorreu baseada em maior volume de gastos à vista (4,36%) e diminuição do montante de crédito contraído em pagamentos parcelados (-8,54%) e em crédito rotativo (-2,61%). Ante taxas mais elevadas, houve – sem surpresa – redução do volume de concessões para aquisição de veículos (-12,11%) e através de cheque especial (-3,74%). A linha de crédito menos onerosa às pessoas físicas, a consignada, também registrou menor volume concedido (-3,3%), influenciada pela queda nos empréstimos a funcionários públicos.

Uma vez que o processo de desalavancagem dos consumidores ainda se encontra em curso, a prioridade dos gastos é naturalmente conferida a alimentos e medicamentos. Deve-se ressaltar, desse modo, que a inflação dos últimos doze meses terminados em agosto chegou a 8,97%, quando aferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). Desde 2007 o índice geral para o mês (0,44%) não era tão elevado. É preocupante a constatação de que o grau de difusão do aumento de preços foi maior que o percebido em julho (63,5% contra 58,5%). Especificamente, tem-se que a alimentação no domicílio tornou-se 16,8% mais cara e que os preços de produtos farmacêuticos variaram 13,0%.

O encarecimento dos alimentos é tão mais deletério sobre o orçamento quanto menor for a renda domiciliar. A Fundação Getúlio Vargas calcula a inflação para famílias que recebem mensalmente entre 1 e 2,5 salários mínimos, por meio do Índice de Preços ao Consumidor – Classe 1 (IPC-C1/FGV). Nesta faixa de rendimentos, a alimentação responde por 39,62% dos gastos. Não é surpreendente, com isso, que nos doze meses terminados em agosto o IPC-C1 acumule 9,29%.

Ainda que especialistas em economia agrícola prevejam estabilidade ou declínio de preços de alimentos no último quadrimestre, há ao menos um indicador antecedente dissonante. De acordo com o Índice de Preços ao Produtor (IPP/IBGE), os insumos para a fabricação de produtos alimentícios apresentaram, em julho, inflação de 1,73% em relação ao mês anterior. A comparação desse mesmo índice em relação a julho do ano passado revela variação de 20,19%. Nenhum ramo da indústria registrou crescimento de preços tão intenso.

A ansiedade em torno de resultados positivos do comércio é compreensível. A relevância do setor para a geração de empregos pode ser notada na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho. O mais recente levantamento, de 2014, mostra que o comércio – varejista e atacadista – responde por 19,62% dos vínculos do País, abaixo dos empregos formais em serviços (34,93%), mas acima dos associados à administração pública (18,87%) e à indústria de transformação (16,48%). O ramo é, ainda, a tradicional porta de entrada de jovens no mercado de trabalho. Em períodos recentes, tem sido também capaz de absorver aposentados que precisam complementar renda.

Qualquer sinal positivo em um quadro de aumento da taxa de desocupação e de queda dos rendimentos recebidos, habitual ou efetivamente, é importante. O consumo das famílias terá papel essencial na recuperação do produto, ainda que processo mais sólido e persistente dependa de elevação na participação da formação bruta de capital fixo. É irrealista, entretanto, esperar que os sinais do comércio indiquem recuperação da atividade econômica. O ajuste do mercado de trabalho ainda está em curso, com demissões e cortes salariais, e a inflação mostra desanimadora força. A estabilização da renda do trabalho e a desinflação, esperadas para 2017, terão paulatino efeito sobre a massa salarial real, presentemente em declínio. O volume de vendas do comércio refletirá essa inflexão positiva.

O ritmo de crescimento do endividamento público brasileiro suscita a possibilidade de insolvência, sem que essa catastrófica hipótese insuffle o necessário espírito de urgência no Congresso Nacional, onde as reformas do Estado são constantemente postergadas ou diluídas a ponto de ineficácia ou inaplicabilidade.

A confiança na administração da dívida depende, via de regra, da comparação entre o seu valor presente e o valor combinado de superávits primários vindouros. A solidez desta reside na expectativa de que ela seja inferior aos superávits, no final do período analisado. As projeções dos superávits primários dependem, portanto, da exequibilidade da política fiscal. Os periódicos resultados de arrecadação precisam indicar trajetória condizente com a progressão dos gastos correntes e com as taxas de juros incidentes.

A combinação de queda de arrecadação e elevação de despesas gerou, em julho, déficit acumulado de R\$ 51 bilhões (tabela 1).

TABELA 1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - 2015/2016

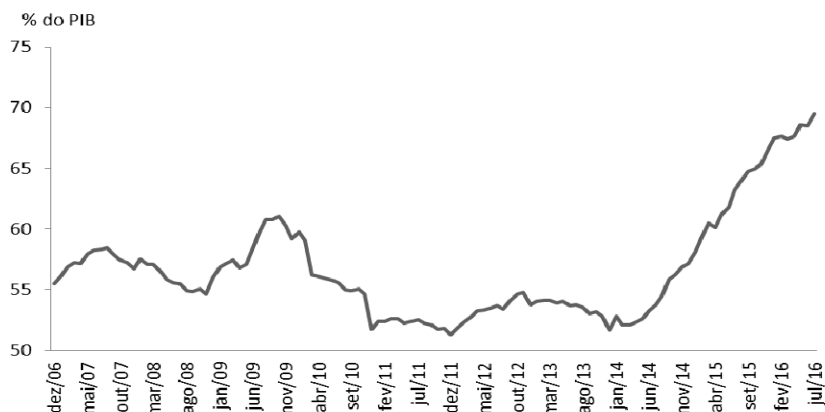
DISCRIMINAÇÃO	(EM R\$ BILHÕES)		
	Jan.-Jul. 2015	Jan.-Jul. 2016	Var. Real (%)
I. Receita Total	731.951,10	753.184,20	-6,00%
II. Transferências de Receita	121.946,20	121.370,90	-9,30%
III. Receita Líquida Total (I-II)	610.005,00	631.813,30	-5,40%
IV. Despesa Total	618.908,60	682.886,60	0,80%
V. Fundo Soberano do Brasil	0	0	-
VI. Resultado Primário do Governo Central (III-IV+V)	-8.903,60	-51.073,30	453,10%
Tesouro Nacional e Banco Central	30.507,40	21.187,00	-36,50%
Previdência Social (RGPS)	-39.411,00	-72.260,30	67,20%
VII. Resultado Primário/PIB	-0,30%	-1,40%	-

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional

Em meados deste ano, o risco associado à insolvência da dívida brasileira era mais de três vezes superior àquele ligado à dívida chilena, quando medido pelos respectivos custos de Credit Default Swap (CDS). Aproximadamente 40% da dívida mobiliária federal interna é detida por investidores não residentes e instituições financeiras. Metade desse estoque é composto de títulos de curto e médio prazos, com vencimento inferior a três anos. Estes seriam os primeiros a apresentar dificuldades de rolagem.

A projeção de superávit primário consiste na razão entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB), multiplicada pela diferença entre estimativas sobre a taxa real de juros e a taxa real de crescimento do produto. De acordo com o Boletim Focus, do Banco Central do Brasil, a mediana das expectativas em relação aos superávits primários de 2016 e 2017, é de -2,60% e -2,10% do PIB, respectivamente. São previsões condizentes com os cenários do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a evolução do endividamento nacional: 80,4% do PIB em 2017 e 91% em 2021. Em julho, essa proporção alcançou 69,5% (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - DÍVIDA BRUTA COMO PROPORÇÃO DO PIB - BRASIL - DEZ/2006 - JUL/2016



FONTE: Banco Central do Brasil

O modelo de expansão dos gastos públicos pela emissão de bônus do Tesouro – e consequente elevação da dívida – esgotou-se. Ele desajustou a taxa de juros real e as taxas de retorno do capital. Promoveu retração da poupança e dinâmica inflacionária, a qual tende a elevar a concentração de renda. Simultaneamente à imperativa adequação de gastos às receitas, na qual a Lei de Responsabilidade Fiscal e o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devem ser revistos, há a necessidade de reformas há muito postergadas.

A insolvência tornar-se-á tanto mais provável quanto mais forem adiados a modernização do sistema previdenciário e o corte de despesas obrigatórias. Chegou-se a um ponto em que todo o aglomerado de subsídios e subvenções precisa ser desconstruído. Infelizmente, essa reestruturação depende de políticos devotados à perpétua expansão dos gastos públicos.

INDÚSTRIA

Água Sistemas moderniza unidade de Ponta Grossa

A Água Sistemas alocou R\$ 25 milhões na modernização de sua planta em Ponta Grossa, na Região Centro-Oriental do Paraná. A companhia fabrica estruturas para transporte e armazenagem de cargas, como porta-paletes.

FRIAS, Maria Cristina. Carga Mais Leve. **Folha de S. Paulo**, 11 jul. 2016. Mercado, p.A18.

Sumitomo construirá nova planta em Fazenda Rio Grande

A fabricante de pneus Sumitomo, de capital japonês, investirá R\$ 487 milhões na construção de nova planta no município de Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba). A unidade será implantada no complexo de 500 mil m² da empresa, onde a fábrica opera desde 2013. Avalia-se que as novas instalações sejam inauguradas em 2019.

A estrutura atual funciona quase 24 horas por dia, graças à demanda do mercado de reposição. Essa planta passará por elevação da capacidade produtiva, de 15 para 18 mil pneus diariamente produzidos.

OLMOS, Marli. Sumitomo investe para expandir fábrica no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 jul. 2016. Empresas, p.B5.

Evonik inaugura fábrica em Castro

A indústria química Evonik, de capital alemão, inaugurou duas novas plantas no Brasil, localizadas em Castro (Região Centro-Oriental do Estado) e em Americana (SP). A unidade paranaense produzirá aminoácido aplicado em nutrição de animais, enquanto a paulista fabricará sílica para pneus.

FONTES, Stella. Evonik inaugura fábricas e prevê faturar €1 bi na AL. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 jul. 2016. Empresas, p.B3.

Atlas Schindler incrementará planta de Londrina

A unidade da Atlas Schindler em Londrina (Região Norte Central Paranaense) receberá novo maquinário, como parte de plano de investimentos de aproximadamente R\$ 100 milhões, a ser executado até o final de 2017. O valor contempla, também, melhorias na estrutura da companhia de capital suíço em São Paulo.

Os planos da indústria de elevadores e escadas rolantes preveem a exportação de elevadores prontos para mercados da América Latina. A empresa avalia que produzirá oito mil elevadores em 2016.

FRIAS, Maria Cristina. Vai Subir?. **Folha de S. Paulo**, 21 jul. 2016. Mercado, p.A14.

Renault diversifica linha de São José dos Pinhais

A planta da Renault em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba), que presentemente monta quatro modelos, passará a produzir dois novos veículos em 2017, um automóvel compacto e um utilitário esportivo. O ciclo de investimentos nessa unidade industrial, planejado para o período 2014-2019, continua a ser implantado, a despeito da retração no mercado automotivo nacional. Estima-se que o montante aplicado alcance R\$ 500 milhões neste ciclo. A meta do grupo Renault-Nissan é alcançar 15% de participação no mercado brasileiro. A companhia é responsável, atualmente, por cerca de 10% dos automóveis comercializados no País.

SALES, Robson. Ghosn estima que grupo Renault-Nissan pode atingir 15% do mercado. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 ago. 2016. Empresas, p.B4.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/07/2016 e 31/08/2016.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Heineken reformula planta de Ponta Grossa

Indústria cervejeira de capital holandês, a Heineken alocou R\$ 400 milhões na remodelação e expansão de sua unidade implantada em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental do Paraná). O aporte conferiu à planta linha de produção mais diversificada, tanto no tocante a produtos quanto a embalagens. A companhia planeja competir em faixas de preço inferiores à Heineken com outras marcas controladas.

A empresa passa pela mais profunda reestruturação produtiva desde que passou a operar no Brasil, através da aquisição da Femsa. Os investimentos em Ponta Grossa, a ampliação de fábrica em Jacareí (SP) e a construção de planta em Goiás irão contrabalançar o fechamento de antigas unidades de produção, nos estados do Amazonas, Bahia e Mato Grosso.

SHELLER, Fernando. Heineken reforça produção para expandir marcas mais baratas no País. **O Estado de S. Paulo**, 06 ago. 2016. Economia, p.B11.

Yama constrói fábrica e planeja ampliação

Fabricante de quimonos sediada em Curitiba, a Yama aportou cerca de R\$ 1 milhão na construção de nova fábrica. O mercado brasileiro responde pela maior parte da demanda por vestes utilizadas em artes marciais, mas a empresa as exporta desde 2005. Atualmente, atende os mercados australiano, estadunidense e japonês. Planeja-se expansão das instalações.

SANTANA, Jéssica. Confeccção de Curitiba exporta quimonos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 ago. 2016. p.29.

Way Brasil diversifica produção

Localizada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, a indústria de material náutico Way Brasil desenvolveu duas novas embarcações e estima que sua produção, de 120 unidades por ano, cresça 40%.

A empresa exportará 12 de suas lanchas para a Argentina. É a primeira vez que o estaleiro vende para o país vizinho.

SANTANA, Jéssica. Estaleiro paranaense exporta lanchas para a Argentina. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 ago. 2016. p.25.

SERVIÇOS

Sercomtel ampliará rede em 2017

Operadora de telecomunicações controlada pela prefeitura de Londrina e pela Copel, a Sercomtel investirá R\$ 140 milhões no próximo ano. A maior parte das inversões será destinada à ampliação de rede, em 40 cidades paranaenses e do sul de São Paulo. Em dezembro de 2015, a companhia adquiriu direitos de uso de frequência de 1.800 MHz em leilão realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações.

Avalia-se que o número de clientes da empresa cresça 10,3% em 2016, variação calcada na expansão de contratos de telefonia móvel. A expectativa é de que a receita bruta da Sercomtel eleve-se 4,6% em relação à do ano passado.

SANTANA, Ivone. Sercomtel planeja investir R\$ 140 milhões em 2017. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 ago. 2016. Empresas, p. B7.

Melhorias em berços de atracação do Porto de Paranaguá

Dois berços de atracação do Porto de Paranaguá passarão por obras que irão se estender até 2018. Aporte estimado em R\$ 183 milhões permitirá que a aparelhagem desses pontos seja modernizada e que a área de um deles ganhe 100 metros adicionais. Dessa forma, avalia-se que a capacidade de embarque nesse berço a ser ampliado triplique. Três embarcações de grande porte poderão lá atracar simultaneamente, ante as duas que o fazem atualmente.

Será removido, também, volume de 1,5 mil m³ de sedimentos, aproximadamente. Assim, navios com até 80 mil toneladas de porte bruto poderão utilizar os berços.

SANTANA, Jéssica. Porto investirá R\$ 183 mi em ampliação. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2016. p.34.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1983-2016

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015 ⁽¹⁾	27 365	163 551	5 977	30 607	835 884	27 310	43 569	79 520	1 825
2016 ⁽¹⁾	26 121	117 497	4 498	29 705	757 197	25 491	46 659	63 278	1 356

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015 ⁽¹⁾	672 590	51 315 949	76 296	49 763	133 199	2 705	405 665	711 823	1 755
2016 ⁽¹⁾	664 713	50 915 265	76 597	42 599	169 633	3 982	393 364	593 245	1 508

TABELA 2 - ABATE DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2016

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014 ⁽¹⁾	3 651 564	336 966	611 183
2015 ⁽¹⁾	3 994 430	300 325	676 257
Janeiro	318 585	22 882	51 620
Fevereiro	279 430	19 611	44 754
Março	349 135	22 862	58 679
Abril	329 529	24 684	58 578
Maio	339 909	24 316	58 895
Junho	337 715	26 276	59 058
Julho	356 162	24 598	63 178
Agosto	337 640	24 082	57 847
Setembro	333 332	26 472	56 881
Outubro	345 604	28 759	56 841
Novembro	338 346	24 474	54 304
Dezembro	329 043	31 309	55 621
2016 ⁽¹⁾	1 016 003	71 283	172 585
Janeiro	333 554	23 448	54 079
Fevereiro	322 393	22 453	56 701
Março	360 057	25 382	61 804

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2016

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 201	12,70	6 121 495	43,18	270 994	1,91	14 175 844
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
2015 ⁽¹⁾	7 649 587	51,31	1 655 686	11,11	5 428 565	36,41	175 242	1,18	14 909 081
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902
Fevereiro	362 693	42,54	82 833	9,72	396 223	46,47	10 866	1,27	852 614
Março	679 033	54,44	81 296	6,52	471 656	37,82	15 273	1,22	1 247 258
Abril	836 330	60,46	91 827	6,64	437 100	31,60	17 972	1,30	1 383 229
Maio	677 287	54,06	132 889	10,61	427 685	34,13	15 087	1,20	1 252 947
Junho	945 529	55,49	178 702	10,49	556 352	32,65	23 404	1,37	1 703 988
Julho	895 131	58,22	151 773	9,87	467 683	30,42	22 850	1,49	1 537 437
Agosto	783 815	55,37	170 353	12,03	448 751	31,70	12 795	0,90	1 415 715
Setembro	639 782	49,45	169 927	13,13	468 463	36,21	15 681	1,21	1 293 853
Outubro	539 378	45,84	137 840	11,71	488 869	41,55	10 585	0,90	1 176 672
Novembro	444 235	44,09	122 511	12,16	430 755	42,75	10 085	1,00	1 007 586
Dezembro	499 408	44,04	160 363	14,14	464 807	40,99	9 301	0,82	1 133 880
2016 ⁽¹⁾	5 594 996	52,80	1 183 850	11,17	3 756 692	35,45	61 397	0,58	10 596 934
Janeiro	443 582	50,92	95 671	10,98	324 215	37,22	7 724	0,89	871 191
Fevereiro	506 985	50,55	54 316	5,42	435 809	43,45	5 805	0,58	1 002 915
Março	903 242	60,61	104 723	7,03	473 748	31,79	8 454	0,57	1 490 167
Abril	935 222	62,38	85 062	5,67	468 777	31,27	10 153	0,67	1 499 214
Maio	811 002	53,57	171 633	11,34	522 521	34,51	8 807	0,58	1 513 963
Junho	739 006	49,61	219 489	14,73	521 347	35,00	9 793	0,66	1 489 636
Julho	745 763	53,96	174 600	12,63	454 112	32,86	7 511	0,54	1 381 987
Agosto	510 194	37,85	278 356	20,65	556 162	41,26	3 150	0,23	1 347 862

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2016

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 629
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014	16 332 120	17 295 813	- 963 693	225 100 885	229 154 463	- 4 053 578
2015 ⁽¹⁾	14 909 081	12 448 504	2 460 577	191 134 325	171 449 051	19 685 274
Janeiro	903 902	1 056 033	- 152 131	13 704 045	16 873 839	- 3 169 795
Fevereiro	852 614	1 033 043	- 180 428	12 092 231	14 932 173	- 2 839 942
Março	1 247 258	1 126 997	120 260	16 978 969	16 518 673	460 295
Abril	1 383 229	1 043 216	340 013	15 156 275	14 666 063	490 211
Maio	1 252 947	1 077 261	175 686	16 769 183	14 010 831	2 758 351
Junho	1 703 988	1 236 981	467 007	19 628 438	15 099 376	4 529 062
Julho	1 537 437	1 172 766	364 672	18 533 066	16 146 430	2 386 635
Agosto	1 415 715	1 020 095	395 619	15 485 353	12 794 393	2 690 960
Setembro	1 293 853	1 090 034	203 819	16 148 183	13 202 278	2 945 905
Outubro	1 176 672	979 633	197 039	16 048 987	14 053 112	1 995 874
Novembro	1 007 586	876 578	131 008	13 806 365	12 608 646	1 197 719
Dezembro	1 133 880	735 868	398 011	16 783 231	10 543 234	6 239 998
2016 ⁽¹⁾	10 596 934	7 170 454	3 426 480	123 570 868	91 198 468	32 372 400
Janeiro	871 191	737 758	133 434	11 239 464	10 322 282	917 182
Fevereiro	1 002 915	767 406	235 510	13 343 462	10 299 837	3 043 625
Março	1 490 167	930 391	559 775	15 991 810	11 559 986	4 431 824
Abril	1 499 214	852 139	647 075	15 371 913	10 509 529	4 862 384
Maio	1 513 963	827 643	686 320	17 568 563	11 136 975	6 431 587
Junho	1 489 636	972 468	517 167	16 737 749	12 768 396	3 969 354
Julho	1 381 987	1 023 199	358 788	16 328 821	11 752 302	4 576 518
Agosto	1 347 862	1 059 450	288 412	16 989 087	12 849 161	4 139 926

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICES DE PREÇO, DE *QUANTUM* E DE TERMOS DE TROCA - PARANÁ - 1998-2015

PERÍODO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		TERMOS DE TROCA
	Índice de Preço	Índice de <i>Quantum</i>	Índice de Preço	Índice de <i>Quantum</i>	
1998	79,8	109,3	88,7	104,7	90,0
1999	79,6	117,1	91,6	75,4	86,9
2000	94,4	118,6	94,1	101,9	100,3
2001	92,8	130,7	89,7	88,8	103,4
2002	90,8	118,2	95,2	53,8	95,4
2003	99,7	126,1	105,4	75,2	94,6
2004	106,5	123,6	101,0	86,6	105,4
2005	95,3	112,1	105,3	80,9	90,5
2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007	106,5	116,0	100,4	113,8	106,1
2008	119,9	103,1	125,3	97,6	95,7
2009	84,2	87,6	79,2	63,2	106,4
2010	102,7	123,2	97,4	112,8	105,4
2011	111,2	110,5	108,5	93,9	102,5
2012	93,5	109,1	93,5	83,7	100,0
2013	93,9	109,8	92,6	81,6	101,5
2014	89,6	100,1	91,3	74,2	98,2
2015	78,8	116,1	84,6	64,4	93,1

FONTE: IPARDES

NOTAS: Base fixa: 2006=100

Elaborado com dados brutos da SECEX-MDIC.

Utilizou-se índices de Fisher.

TABELA 6 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2016

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Jan./15
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	127,2	123,1	130,7
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	120,3	118,7	132,8
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	120,7	119,3	134,2
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	106,4	95,9	92,6
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	108,4	95,8	122,2
Móveis	100,00	107,3	103,3	97,1	79,9	103,6
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	118,2	109,0	137,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	140,5	147,6	141,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	83,8	73,1	122,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	70,9	69,7	70,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	141,0	137,6	145,6
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	119,7	115,9	127,6

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																	
	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15	2016	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16	Mai/16	Jun./16
Combustíveis e lubrificantes	109,1	128,9	124,6	129,2	124,4	130,0	130,2	122,6	123,0	111,2	113,8	111,1	111,5	109,1	108,5	110,3	113,0	114,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	116,0	119,2	116,5	113,2	110,3	112,1	113,4	111,9	121,0	111,5	146,3	113,9	121,1	113,5	118,6	113,6	108,4	108,3
Hipermercados e supermercados	116,7	119,6	117,1	113,4	110,7	112,4	113,6	112,2	121,4	112,3	148,2	115,0	122,8	114,7	119,9	114,7	109,1	109,0
Tecidos, vestuário e calçados	74,5	88,7	92,3	113,7	94,2	93,5	90,9	81,7	88,0	86,7	154,2	84,4	73,7	65,4	76,6	87,3	106,9	96,6
Móveis e eletrodomésticos	87,4	98,5	86,0	94,8	82,8	89,6	85,2	85,4	93,1	101,3	122,8	82,6	91,4	81,0	82,0	78,1	85,5	77,7
Móveis	78,6	83,2	73,2	77,8	68,6	73,7	70,0	70,2	76,6	84,0	99,5	73,8	84,5	70,9	72,7	70,8	76,3	67,7
Eletrodomésticos	95,1	111,3	96,9	109,0	94,6	102,8	97,8	98,0	106,9	115,7	142,0	90,3	97,6	89,7	90,0	84,6	93,6	86,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	136,2	151,4	138,8	141,7	140,6	146,6	146,8	150,7	153,6	152,6	171,6	142,7	141,1	125,4	158,0	142,7	146,2	142,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	90,7	79,2	74,6	74,8	60,7	66,1	61,7	60,7	43,5	39,3	103,5	64,3	83,4	79,1	64,2	55,9	52,3	50,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	69,3	80,1	72,0	74,6	70,3	70,0	68,1	62,8	65,2	66,3	67,5	55,9	57,1	55,4	59,2	53,4	53,1	57,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	117,7	134,8	130,7	148,1	127,7	126,6	125,3	113,7	137,0	136,2	208,2	111,0	111,1	96,3	113,0	109,0	118,8	117,7
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	107,9	116,9	112,7	116,0	109,0	111,7	111,6	108,3	115,9	110,1	143,3	106,9	110,8	102,7	109,1	106,1	107,4	105,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2016

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)																
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	97,3	88,3	81,5	81,0	91,3	91,2
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	96,2	94,3	73,7	72,9	89,9	98,0
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,5	103,4	123,6	105,1	116,4	94,6
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	120,9	119,7	118,5	110,1	125,2	121,9
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	100,5	110,0	105,2	92,6	109,7	103,5
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	100,7	95,5	74,9	82,5	96,3	96,2
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	101,5	97,7	109,0	88,5	85,7	92,2
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	106,5	97,6	98,8	93,0	104,4	95,8
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	110,5	89,8	90,4	84,1	102,0	91,7
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	96,2	87,3	85,0	84,3	94,5	90,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	106,3	92,8	106,1	110,4	116,3	94,6
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,1	89,8	97,7	101,6	107,5	101,4
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	82,4	55,5	54,1	60,0	58,4	63,2
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	94,0	76,2	89,0	76,3	91,5	84,4

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)															
	Mai/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15	2016	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16	Mai/16	Jun./16	Jul./16
Indústria de transformação	92,9	93,8	92,8	93,3	93,7	91,8	83,2	73,5	83,5	71,9	74,8	86,1	85,1	83,8	89,3	93,3
Produtos alimentícios	103,3	109,0	99,8	113,6	102,2	100,6	88,1	80,9	96,1	71,0	76,9	100,8	104,4	100,6	106,8	112,4
Bebidas	88,3	86,8	89,8	93,1	107,7	116,1	121,7	97,8	110,3	126,5	121,6	128,9	114,8	90,9	95,4	94,3
Produtos de madeira	127,9	127,5	120,1	133,0	122,2	118,6	112,0	99,5	122,9	115,2	109,7	128,3	125,0	129,0	127,7	125,5
Celulose, papel e produtos de papel	105,1	110,9	110,5	119,0	106,8	116,3	118,9	121,8	112,6	106,3	105,6	114,5	111,9	107,6	116,3	126,3
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	103,8	103,7	96,7	93,3	110,8	102,5	90,3	95,2	85,3	85,0	76,6	80,7	88,4	87,4	89,6	89,2
Outros produtos químicos	106,8	105,2	116,1	103,4	118,4	105,6	72,9	69,0	83,1	86,4	87,7	73,5	62,2	79,3	95,4	97,1
Produtos de borracha e de material plástico	105,2	102,8	97,1	98,5	98,9	103,6	96,8	76,5	95,3	85,8	90,1	99,2	94,6	95,0	101,4	100,9
Minerais não metálicos	98,7	90,1	84,8	96,9	90,3	93,1	83,9	71,3	75,7	73,9	76,7	78,5	78,2	70,7	72,8	78,8
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	92,5	85,2	87,6	87,6	86,8	94,0	94,5	64,8	76,6	66,3	73,5	80,8	71,3	82,2	83,7	78,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	97,6	80,3	86,1	93,4	87,5	95,6	85,1	61,1	92,5	78,2	78,7	99,0	100,2	101,4	101,4	88,4
Máquinas e equipamentos	93,2	77,5	92,7	90,7	96,3	89,0	80,3	50,0	76,3	51,1	54,6	85,8	67,8	77,5	93,9	103,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	53,8	64,2	70,6	54,6	53,2	51,3	48,2	34,1	50,7	34,9	48,9	54,4	53,2	47,0	52,6	64,1
Móveis	78,4	69,6	69,9	69,7	70,3	72,4	76,4	66,5	67,2	69,9	72,5	73,9	67,1	67,0	61,0	59,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 8 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO - PARANÁ - 2012-2016

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL ⁽¹⁾	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	2 115	5,6
Abril-junho 2012	2 063	5,3
Julho-setembro 2012	2 131	4,6
Outubro-dezembro 2012	2 086	4,3
Janeiro-março 2013	2 147	4,9
Abril-junho 2013	2 141	4,5
Julho-setembro 2013	2 189	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 183	3,7
Janeiro-março 2014	2 219	4,1
Abril-junho 2014	2 190	4,1
Julho-setembro 2014	2 204	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 266	3,7
Janeiro-março 2015	2 260	5,3
Abril-junho 2015	2 207	6,2
Julho-setembro 2015	2 199	6,1
Outubro-dezembro 2015	2 124	5,8
Janeiro-março 2016	2 089	8,1
Abril-junho 2016	2 076	8,2

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês. Em R\$ de maio de 2016.

TABELA 9 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2016

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	- 47 096	- 16 133	- 12 526	- 2 860	3 067	-	- 75 548
Jan. - Jul. 2016	- 10 212	- 2 987	- 10 772	645	1 267	-	- 22 059

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 10 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2010-2015

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2010	225 211	...	3 885 847	...
2011	256 974	4,5	4 373 658	3,9
2012	285 206	- 0,1	4 805 913	1,9
2013	332 837	5,6	5 316 455	3,0
2014 ⁽³⁾	358 544	0,8	5 687 309	0,1
2015 ⁽³⁾	376 095	- 2,8	5 904 331	- 3,8

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais e do Sistema de Contas Nacionais (referência 2010).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

